



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, n.º 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

DECRETO Nº 27/2021

“DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DE COMODATO DE BENS, DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS E DE SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PELOS ÓRGÃOS E PELAS ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE JUQUITIBA”.

AYRES SCORSSATO, Prefeito do Município de Juquitiba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais e constitucionais;

DECRETA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre o recebimento de comodato de bens, doações de bens móveis e de serviços de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e entidades da administração pública municipal, nas seguintes espécies:

I - sem ônus ou encargo; ou

II - com ônus ou encargo.

§ 1º Os bens móveis ou os serviços relacionados com estudos, consultorias, hardware, etc... que intentem prover soluções e inovações ao governo e à sociedade, ainda que não disponíveis no mercado ou em fase de testes, e que promovam a melhoria da gestão pública poderão ser objeto da doação de que trata este Decreto.

§ 2º A doação de bens móveis ou de serviços e comodato de bens, que envolvam a utilização de sistemas ou de soluções de tecnologia da informação e comunicação observará as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Segurança da Informação, de que trata o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, com vistas a assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação no nível nacional.

Art. 2º. As doações de bens móveis e de serviços devem ter sempre por finalidade o interesse público e buscarão, sempre que possível, a ampliação da relação com startups e o exercício do empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, observados os princípios que regem a administração pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, n.º 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

Art. 3º. É vedado o recebimento de doações de serviços que possam comprometer ou colocar em risco a gestão e o resultado das atividades finalísticas dos órgãos e das entidades da administração pública municipal.

Art. 4º. Para fins do disposto neste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - pessoa física - qualquer pessoa física, nacional ou estrangeira;

II - pessoa jurídica - qualquer pessoa jurídica de direito privado, nacional ou estrangeira; e

III - ônus ou encargo - obrigação condicional imposta pelo doador ao donatário, que determina restrição ao bem móvel ou ao serviço transferido ou que imponha obrigação de fazer ou não fazer, em favor do doador, do donatário, de terceiros ou do interesse público, vedada a obrigação em termos de contrapartida financeira.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS

Art. 5º. As doações de bens móveis e de serviços e comodato de bens de que trata este Decreto serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos:

I - chamamento público ou manifestação de interesse, quando se tratar de doação sem ônus ou encargo; e

II - manifestação de interesse, quando se tratar de doação com ou sem ônus ou encargo.

CAPÍTULO III

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SERVIÇOS E COMODATO DE BENS

Art. 6º. Os órgãos ou as entidades da administração pública municipal poderão realizar o chamamento público com o objetivo de incentivar doações de bens móveis e de serviços e comodato de bens, nos termos do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Os órgãos ou as entidades de que trata o caput deverão, antes da abertura do chamamento público, consultar a Secretaria Municipal de Administração para verificar se há bens móveis ou serviços disponíveis que possam atender às suas necessidades e aos seus interesses.

Art. 7º. São as fases do chamamento público:

I - a abertura, por meio de publicação de edital;

II - a apresentação das propostas de doação de bens móveis e de serviços e comodato de bens; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, n.º 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

III - a avaliação, a seleção e a aprovação das propostas apresentadas.

Art. 8º. O edital do chamamento público conterà, no mínimo:

I - a data e a forma de recebimento das propostas de doação ou comodato;

II - os requisitos para a apresentação das propostas de doação, incluídas as informações de que trata o art. 16;

III - as condições de participação das pessoas físicas ou jurídicas, observado o disposto no art. 23;

IV - as datas e os critérios de seleção e de julgamento das propostas;

V - os critérios e as condições de recebimento das doações de bens móveis ou de serviços e de comodato de bens;

VI - a minuta de termo de doação ou comodato de bens, de declaração firmada pelo doador, ou de termo de adesão, observado o disposto no Capítulo V; e

VII - a relação dos bens móveis e dos serviços, com a indicação dos órgãos ou das entidades interessados, quando for o caso.

Art. 9º. O edital de chamamento público será divulgado no sítio eletrônico do órgão interessado no recebimento das doações.

Art. 10. A pessoa física ou jurídica poderá se habilitar no chamamento público, desde que observe as normas estabelecidas no edital e apresente os documentos exigidos.

Art. 11. Compete ao órgão responsável pelo chamamento público:

I - receber os documentos de inscrição, analisar sua compatibilidade com o estabelecido no edital de chamamento público e deferir ou não a inscrição; e

II - avaliar as propostas, de acordo com os critérios estabelecidos no edital de chamamento público, e selecionar as mais adequadas aos interesses da administração pública.

§ 1º Na hipótese de haver mais de uma proposta com equivalência de especificações que atendam ao edital de chamamento público, a escolha será feita por meio de sorteio realizado em sessão pública.

§ 2º A seleção de mais de um proponente poderá ser realizada, desde que seja oportuno ao atendimento da demanda prevista no chamamento público.

Art. 12. A homologação do resultado do chamamento público será publicada na imprensa oficial competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, n.º 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

Art. 13. O órgão ou a entidade responsável pelo chamamento público realizará o procedimento de formalização e de recebimento da doação nos termos do disposto no Capítulo V.

Art. 14. As regras e os procedimentos complementares ao chamamento público poderão ser definidos por meio de portaria editada pela da Secretaria Municipal de Administração.

CAPÍTULO IV

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM DOAR BENS MÓVEIS OU SERVIÇOS

Art. 15. A manifestação de interesse em doar bens móveis ou serviços ou emprestar bens, na forma prevista no art. 1º, poderá ser realizada, a qualquer tempo, por qualquer pessoa física ou jurídica, por meio de encaminhamento de ofício endereçado ao Secretário Municipal de Administração.

Art. 16. Para a manifestação de interesse de que trata o art. 15, as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado apresentarão as seguintes informações:

I - a identificação do doador;

II - a indicação do donatário, quando for o caso;

III - a descrição, as condições, as especificações e os quantitativos dos bens móveis ou dos serviços e outras características necessárias à definição do objeto da doação ou comodato;

IV - declaração do doador da propriedade do bem móvel a ser doado;

V - declaração do doador de que inexistem demandas administrativas ou judiciais com relação aos bens móveis a serem doados;

VI - localização dos bens móveis ou do local de prestação dos serviços, caso aplicável;

VIII - fotos dos bens móveis, caso aplicável; e

IX - descrição do ônus ou encargo, caso aplicável.

§ 1º Quando a doação sem ônus ou encargos ou empréstimo for para órgãos indicados, o anúncio da doação ou comodato permanecerá disponível no átrio da Prefeitura, intranet ou outro meio de comunicação pelo período mínimo de dois dias úteis para que estes se manifestem sobre o recebimento da doação.

§ 2º O anúncio da doação ou empréstimo permanecerá disponível pelo período mínimo de oito dias úteis nas seguintes hipóteses:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, n.º 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

I - doações sem ônus ou encargos, sem donatários indicados, para que os órgãos ou entidades interessados se candidatem a receber a doação; e

II - doações com ônus ou encargos, com ou sem donatários indicados, para que:

a) outros doadores interessados apresentem propostas de doações correlatas; e

b) os órgãos ou as entidades interessados em receber a doação selecionem a proposta ou as propostas mais adequadas aos interesses da administração pública, observado o disposto abaixo.

§ 4º Na hipótese de não haver órgãos ou entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional interessados, as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado poderão republicar o anúncio dos bens móveis e serviços a serem doados ou emprestados no quadro mural.

Art. 17. Na hipótese de não existir indicação de donatário e mais de um órgão ou entidade da Administração pública municipal a candidatar-se a receber o mesmo bem móvel ou serviço, será observada a ordem cronológica do registro da candidatura do órgão ou entidade.

Art. 18. Os donatários ou comodatários indicados e os órgãos ou às entidades da administração pública municipal que se candidatarem a receber a doação de bens móveis ou serviços oferecidos serão os responsáveis pelos procedimentos de formalização e pelo recebimento das doações, observado o disposto nos Capítulos V e VI.

Art. 19. O aceite da doação ou comodato com ônus ou encargo necessita de análise formal, pelo órgão ou pela entidade interessada, acerca da razoabilidade da obrigação imposta, de modo a resguardar a vantajosidade da doação ao interesse público.

CAPÍTULO V

FORMALIZAÇÃO DAS DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS E SERVIÇOS E COMODATO

Art. 20. As doações de bens móveis e de serviços e comodato de bens por pessoa jurídica aos órgãos e às entidades da administração pública municipal serão formalizadas:

I - no caso de doação com ônus ou encargo, por meio de contrato de doação; ou

II - no caso de doação sem encargos, por meio de termo de doação ou de declaração firmada pelo doador, sendo esta última aplicável na hipótese de as doações corresponderem a valor inferior aos estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; ou

III - no caso de empréstimo de bem com ônus ou encargo, por meio de contrato de comodato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, n.º 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

§ 2º Os extratos dos contratos, dos termos de doação e das declarações para doações de bens móveis e de serviços de que trata o caput serão publicados na imprensa oficial competente.

§ 3º Deverá constar nos termos de doação de bens móveis ou de serviços e nas declarações para doações de bens móveis ou de serviços, sem ônus ou encargo, que serão do doador os custos decorrentes da entrega dos bens móveis ou da prestação dos serviços.

Art. 21. As doações ou comodato de bens móveis por pessoa física aos órgãos e às entidades da administração pública municipal serão formalizadas:

I - no caso de doação ou empréstimo com ônus ou encargo, por meio de contrato de doação ou comodato; ou

II - no caso de doação ou empréstimo sem encargos, por meio de termo de doação ou comodato.

Art. 22. As doações de serviços por pessoa física aos órgãos e às entidades da administração pública municipal serão formalizadas por meio de termo de adesão entre o órgão ou a entidade e o prestador do serviço, do qual constarão o objeto e as condições para o exercício, observado o disposto na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que trata das regras para a realização de serviço voluntário.

CAPÍTULO VI

VEDAÇÕES

Art. 23. Fica vedado o recebimento de doações ou empréstimo nas seguintes hipóteses:

I - quando o doador ou comodante for pessoa física condenada, sem direito a recurso, por ato de improbidade administrativa ou por crime contra a administração pública;

II - quando o doador ou comodante for pessoa jurídica:

a) cujo sócio majoritário condenado por ato de improbidade administrativa;

b) condenação pelo cometimento de ato de improbidade administrativa; ou

c) condenação definitiva pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos termos do disposto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - quando a doação ou empréstimo caracterizar conflito de interesses;

IV - quando a doação ou empréstimo gerar obrigação futura de contratação para fornecimento de bens, insumos e peças de marca exclusiva ou de serviços por inexigibilidade de licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, n.º 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

V - quando a doação ou empréstimo puder gerar despesas adicionais, presentes ou futuras, certas ou potenciais, tais como de responsabilidade subsidiária, recuperação de bens e outras, que venham a torná-las antieconômicas;

VI - quando o ônus ou o encargo exigido for desproporcional ao bem ou ao serviço oferecido em doação, de modo a tornar a doação ou empréstimo desvantajosa à administração pública.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Na hipótese de haver doação ou empréstimo sem ônus ou encargos, a sua publicização deve ocorrer de forma parcimoniosa, sendo autorizada, após a entrega dos bens ou o início da prestação dos serviços.

I - a menção informativa da doação no sítio eletrônico do doador ou comodatário; e

II - menção nominal ao doador pelo donatário ou comodatário no sítio eletrônico do órgão ou da entidade da administração pública direta, autárquica e fundacional, quando se tratar de auxílio a programa ou a projeto de governo.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II do caput, a divulgação será realizada na página do sítio eletrônico relacionada ao programa ou ao projeto auxiliado.

Art. 25. A administração pública municipal poderá emitir atestado de capacidade técnica em nome da pessoa física ou jurídica doadora ou comodatária no caso de o objeto doado ou emprestado ter sido executado a contento, comprovado por ato de recebimento formal do órgão ou da entidade donatária.

Art. 26. O recebimento das doações de que trata este Decreto não caracteriza a novação, o pagamento ou a transação dos débitos dos doadores com a administração pública.

Art. 27. A inexecução ou a mora no cumprimento do encargo, pelo donatário, implicará a reversão da doação.

Art. 28. O órgão ou a entidade beneficiária da doação de bens móveis será responsável pela inclusão do bem móvel no sistema patrimonial quando couber, nos termos e nas condições estabelecidos em seus regulamentos.

Art. 29. As doações de que trata este Decreto observarão os princípios e os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos de que trata a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 .

Art. 30. Os atos necessários ao cumprimento do disposto neste Decreto serão disponibilizados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Juquitiba, observado o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, n.º 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

Art. 31. As estatais dependentes do orçamento municipal poderão adotar, no que couber, o disposto neste Decreto.

Art. 32. A Secretaria Municipal de Administração poderá expedir normas complementares para solucionar casos omissos e disponibilizar, em seu sítio eletrônico, as informações adicionais.

Art. 33. Os prazos procedimentais previstos neste Decreto poderão, em caso de urgência de se efetivar a doação de que trata este Decreto, ser motivadamente reduzidos pela metade.

Art. 34. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Juquitiba, em 01 de junho de 2021.

AYRES SCORSATTO
Prefeito Municipal

ÂNGELA SILVEIRA SOARES
Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado por Afixação no Quadro Mural da Prefeitura Municipal, na data supra.